

# 1 Introdução

## 1.1. Breve análise do panorama político que propicia o surgimento do Neo-Realismo

Pergunto ao vento que passa  
notícias do meu país  
e o vento cala a desgraça  
o vento nada me diz.  
[...]

Pergunto à gente que passa  
por que vai de olhos no chão.  
Silêncio - é tudo o que tem  
quem vive na servidão.  
[...]

E a noite cresce por dentro  
dos homens do meu país.  
Peço notícias ao vento  
e o vento nada me diz.  
[...]

Mesmo na noite mais triste  
em tempo de servidão  
há sempre alguém que resiste  
há sempre alguém que diz não.  
Manuel Alegre, *Trova do  
vento que passa*

O fragmento poético, de Manuel Alegre, que abre esse trabalho, remete a um período muito particular da história de Portugal: a ditadura salazarista. Os versos “Pergunto à gente que passa / por que vai de olhos no chão” parecem aludir à atmosfera particular que o regime de Salazar impôs à sociedade portuguesa. Em meio à obscuridade fascista, num país onde o silêncio imperava, surgiu um movimento artístico que buscou fazer uma literatura consciente que reagisse à atmosfera sufocante que pairava sobre o país. Esse movimento que resistiu e que reagiu à repressão sofrida pelo povo português durante quase meio século foi denominado Neo-Realismo.

O marco inicial do movimento neo-realista em Portugal deu-se com a publicação, em 1939, de *Gaibéus*, obra de Alves Redol. No entanto, os problemas enfrentados pelo povo português, que foram consideravelmente evidenciados nas

obras neo-realistas, existiam desde 1926, data da Revolução Nacional, que se opôs à democracia e ao liberalismo. E, a anti-democracia e o anti-liberalismo deram os seus primeiros sinais a partir da Revolução, pois a censura já começava a afetar os meios de comunicação, como podemos comprovar na citação abaixo:

A censura à imprensa foi instituída em Junho de 1926 e mantida desde então. Aos poucos foi-se estendendo aos outros meios de comunicação, tais como o teatro, o cinema, a rádio, e a televisão. Em todos os casos, nenhuma palavra ou imagem podia ser publicada, pronunciada ou difundida sem prévia aprovação dos censores. De todos os mecanismos repressivos a censura foi sem dúvida o mais eficiente, aquele que conseguiu manter o regime sem alterações estruturais durante quatro décadas.  
(Marques, 1986, 425-426)

Não seria conveniente para o governo que fosse divulgado na imprensa, nacional ou internacional, o bastidor da revolução, bem como a atmosfera de repressão que ela introduzia no país. A censura foi um dos meios encontrados para evitar que informações significativas circulassem ou entrassem e saíssem de Portugal. Após Salazar assumir o governo, a censura tornou-se ainda mais fortalecida, pois o ditador queria coibir todo e qualquer tipo de manifestação que trouxesse além de esclarecimentos sobre o novo regime, alguma menção ao comunismo. Segundo Tegal (2001, 393), “Salazar e os salazaristas, para além de anticomunistas sistemáticos, foram também sistematicamente antiliberais e antidemocratas”.

Com a criação da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), os opositores do regime foram perseguidos e os intelectuais que, de alguma forma, tentavam denunciar em seus trabalhos a situação do país foram reprimidos. Todo esse ambiente de tirania e censura poderia colocar em risco tanto os autores neo-realistas quanto a publicação de suas obras. De acordo com Oliveira Marques,

Embora a censura não se aplicasse aos livros, estes podiam ser freqüentemente retirados do mercado por ordem das autoridades. Neste caso, tanto autores com editores podiam estar sujeitos a castigo. De novo, uma repressão desse tipo visava matérias tanto políticas como apolíticas. Jornais e livros estrangeiros podiam igualmente ser confiscados ou impedidos de entrar no país.  
(Marques, 1986, 429)

Percebemos na leitura da citação, que mesmo a censura não sendo diretamente imposta aos livros, todos os que participassem da publicação de obras que “desafiassem” a ditadura, poderiam ser de alguma forma punidos. Esse estado de coisas colocava grande parte da população alienada dos acontecimentos e, assim, possibilitava que a ditadura tomasse quaisquer atitudes sem ser importunada por possíveis opositores.

Mas, não era só a censura que mantinha o povo alheio aos fatos. Outras características do Regime e do ditador também mantinham os portugueses imobilizados e imersos nessa atmosfera, e, ao mesmo tempo despertavam os neo-realistas para a necessidade de tornar evidente a situação do país.

Portugal, mesmo antes do início da ditadura, era um país quase totalmente agrário. As relações de trabalho e os meios de produção eram ultrapassados, como podemos comprovar nas palavras de Marques (2001, 362): “A organização da propriedade, por exemplo, reconhecida por todos como imprópria para o desenvolvimento da agricultura, dificilmente podia ser tocada sem uma dinâmica revolucionária que de todo faltava”.

A revolução industrial chegara tardiamente. Inspirado no regime fascista de Mussolini, na Itália, Salazar assumiu uma política de monopólio industrial, o que dificultava a instalação de novas indústrias.

O impulso para as indústrias e para o comércio se deu tardiamente em meados do século XX, “a política de obras públicas começou a produzir os seus frutos [...] tornando possível – no quadro da expansão geral europeia – o rápido desenvolvimento econômico de Portugal” (Marques, 1986, 470), e afetou o país que não estava preparado para suportar tal expansão em tão pouco tempo. Com isso, a população sofrera mais um golpe, pois a maioria dos habitantes não imaginava, ou seja, estava alheia às conseqüências, principalmente, do processo de industrialização, que elevou a participação do país na Europa, mas, no entanto, levou milhares de famílias de pequenos produtores à falência e fez com que outros tantos emigrassem.

Agrário até a industrialização, Portugal se mantinha afastado dos outros países europeus, a política do ditador em exaltar as glórias passadas – da expansão ultramarina, da conquista de novas terras, do colonialismo português ainda vigente –, que eram sempre lembradas com veemência, era uma forma de manter a alienação popular, e impedir a troca de informações entre o povo português e os

de outros países. António de Oliveira Salazar, ex-professor da Universidade de Coimbra, agora ditador, “parecia apreciar uma visão romântica de Portugal e do seu império, uma visão de um mundo perdido no tempo, convicto de verdades há muito ultrapassadas” (Maxwell, 1999, 33).

Essa situação se cristalizou ainda mais em 1940, pois:

A fim de comemorar o oitavo centenário da nacionalidade e o terceiro centenário da Restauração, o regime organizou um conjunto impressionante de cerimônias, exposições, congressos e publicações, de que a súpula gloriosa foi a Exposição do Mundo Português. Cuidadosamente preparada e brilhantemente apresentada por alguns dos melhores arquitectos, artistas e decoradores do Portugal de então, a Exposição constituiu, para além dos seus notáveis aspectos estéticos, uma típica manifestação fascizante no modo de interpretar o passado e de abusar dele para testemunhar o presente e anunciar o futuro.  
(Marques, 1986, 382)

No fragmento supracitado Oliveira Marques tece um comentário sobre como a imagem do passado português, para Salazar, se sobrepunha a qualquer desejo e intenção de iniciar um processo mais intenso de desenvolvimento do país o qual “sempre se voltou para o mar, para as ex-colônias. Mais para atividades fora do continente europeu do que para relações internas com os demais países da Europa, onde aparecia em situação de inferioridade” (Abdala Jr., 1989, 40). Esse isolamento enclausurou ainda mais o país durante a ditadura, propiciando a negação a tudo o que vinha de fora e a resistência às novas idéias, mesmo aquelas que eram provenientes dos próprios portugueses.

Mesmo com todo esse ambiente de tirania, de opressão, do presente oculto pela exaltação do passado, do desenvolvimento tardio – que em vez de proporcionar bem-estar acabou por prejudicar ainda mais o povo –, há uma movimentação de intelectuais que tinham o intuito de expor os problemas sociais e propor modificações que pudessem trazer luz ao ambiente de escuridão que reinava. O Neo-Realismo, segundo Sacramento (1985, 21), “era a única expressão possível de ideários cuja realização pressupunha uma transformação social e política, e nela se empenhavam”.

Para dar forma à proposta neo-realista era preciso primeiramente chamar a atenção para a mitificação instituída pelo governo que, para mascarar a realidade miserável dos grupos desfavorecidos e esmagados, apelava para a memória do

passado glorioso, e, em segundo lugar, mostrar como essa idolatria ao passado era um dos fatores que levava ao processo de alienação. Também era necessário esclarecer, dentre outras coisas, a questão das relações rudimentares do trabalho em Portugal até a industrialização.

Num país que, até a metade do século XX, ainda não abrisse caminho para as indústrias, as relações de trabalho mantinham as condições de vassalagem típicas da Idade Média. O povo empobrecido tinha a falsa ilusão estar amparado pelo governo, quando na verdade a exploração dos trabalhadores era cada vez maior. Todos esses fatores faziam com que a classe trabalhadora fosse “a mais alienada de todas” (Fromm, 1964, 56).

Para se contrapor ao regime ditatorial, muitos autores do Neo-Realismo lançaram mão de alguns preceitos revolucionários marxistas, que, de forma resumida, consistiam basicamente em:

criar uma forma de produção e uma organização da sociedade onde o homem possa superar a alienação de seu produto, de seu trabalho, de seu semelhante, de si mesmo e da natureza; na qual ele possa regressar a si mesmo e apreender o mundo com suas próprias forças, tornando-se, destarte, unindo-se ao mundo. (Fromm, 1964, 64)

Esses preceitos, que de forma alguma poderiam aparecer na superfície das obras neo-realistas – como vimos anteriormente, qualquer tipo de proposta comunista era retaliada com rigor –, abriram possibilidade para os escritores buscarem o entendimento da população de que o país tornou-se, durante a ditadura, um ambiente opressor em que a subordinação de um povo ao Estado não permite “apreender o mundo com suas próprias forças”, como pregava o marxismo.

A literatura desse período abre as portas para o tipo de escritor que “quase sempre de origem e interesse pequeno-burgueses e urbanos, procura identificar-se com as massas trabalhadoras, de uma maneira geral rurais” (Sacramento, 1985, 34). A busca por apreender e retratar a classe trabalhadora do campo nas obras neo-realistas foi uma estratégia que intuiu atingir a maior parte da população que se encontrava alienada e oprimida pela ditadura.

Dentre os muitos autores que se destacaram, Carlos de Oliveira foi um dos que se sobressaiu desenvolvendo em sua escrita a temática e a problemática do

Neo-Realismo. Nesta dissertação, contextualizaremos a literatura desse autor com a do movimento neo-realista e traremos como objeto de estudo dois romances de Oliveira, especificamente, *Casa na Duna*, publicado em 1943 e *Uma Abelha na Chuva*, publicado em 1953.

A análise bibliográfica e teórica deste trabalho junto a esses dois livros tem por objetivo questionar a inserção de Carlos de Oliveira no Neo-Realismo, demonstrando as principais características de sua obra que justifiquem essa inclusão, bem como evidenciar os traços de sua literatura que o distingue dos demais autores e os pontos em que sua literatura transcende os moldes neo-realistas.